

IMPROBIDADE OBRIGA MÉDICA DEVOLVER R\$ 903 MIL PARA OS COFRES DE SUMARÉ

Decisão reconhece improbidade dolosa durante afastamento por saúde e determina ressarcimento ao município; profissional terá de pagar juros, correção, custas e honorários e ainda pode recorrer da condenação no TJ-SP

PÁGINA 12

SÁBADO

TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A SUA CIDADE

R\$ 4,00

Tribuna Liberal

26 de Setembro de 2026 Nº 9.868

35 anos

◆ SUMARÉ [CENTRO | NOVA VENEZA | PICERNO | MARIA ANTONIA | ÁREA CURA | MATÃO] ◆ HORTOLÂNDIA ◆ NOVA ODESSA ◆ MONTE MOR ◆ ELIAS FAUSTO ◆ PAULÍNIA ◆ CAMPINAS ◆ AMERICANA

Hortolândia prevê verba exclusiva para ações de proteção da mulher



Prefeito Zezé Gomes e vice Cafu César articulam medidas de apoio às mulheres

Proposta de Zezé Gomes cria fundo para captar recursos e financiar proteção, combate à violência, autonomia econômica, qualificação e atendimento às mulheres; gestão caberá à Secretaria de Governo, sob fiscalização de conselho municipal

Hortolândia pode ganhar uma fonte específica de recursos para ampliar ações de proteção, atendimento e geração de oportunidades destinadas às mulheres. Projeto encaminhado pela Prefeitura à Câmara cria um fundo municipal capaz de receber verbas públicas, doações, convênios e outras fontes de receita. O dinheiro poderá financiar desde o combate à violência até qualificação, empreendedorismo, geração de renda e fortalecimento da rede de acolhimento.

PÁGINA 08

REDUÇÃO DE FILA



Monte Mor aciona pacientes para mutirão de 1,3 mil exames até novembro

Monte Mor mantém até novembro um mutirão que prevê a realização de cerca de 1,3 mil exames vasculares pelo SUS. A Secretaria Municipal de Saúde está entrando em contato diretamente com pacientes que já possuem indicação médica e aguardam atendimento na fila de regulação do município. Os pacientes são chamados de acordo com a posição na fila e os critérios de prioridade.

PÁGINA 04

APÓS APROVAÇÃO



Nova Odessa avança mais uma fase para integrar Samu Regional

Com a aprovação da entrada de Nova Odessa no Samu 192 Regional Hortolândia/Sumaré, o município inicia agora uma nova etapa para colocar a integração em funcionamento. Segundo o secretário de Assuntos Jurídicos, Gustavo Zuccato, a Prefeitura terá de concluir os procedimentos administrativos exigidos pelos órgãos gestores do SUS antes da operacionalização do serviço.

PÁGINA 05

CHARGE





Secretário detalha próximos passos para Nova Odessa integrar Samu

➔ LEIA MAIS NA PÁGINA 05

Sumaré reúne municípios da RMC para qualificar gestão e faturamento do SUS

Capacitação recebeu gestores e profissionais de saúde da Região Metropolitana de Campinas para aprimorar registros, fluxos, regulação, auditoria e faturamento ligados à Oferta de Cuidado Integrado, fortalecendo gestão regional do setor

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Secretaria Municipal de Saúde de Sumaré realizou, nesta semana, mais uma etapa da capacitação regional sobre a Oferta de Cuidado Integrado (OCI). O encontro ocorreu no auditório da Faculdade Anhanguera de Sumaré e reuniu profissionais e gestores de municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC).

A capacitação abordou conceitos e orientações práticas destinados às equipes que atuam nas áreas de faturamento, gestão, regulação e auditoria do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo foi ampliar o conhecimento sobre a organização, o registro e o faturamento das ações relacionadas às OCIs.

O treinamento teve como palestrante Renato Baragati, especialista em Gestão SUS, com 26 anos de experiência em faturamento ambulatorial e hospitalar. Entre os temas apresentados estiveram os concei-



Sumaré recebe encontro regional para aprimorar gestão e faturamento do SUS

tos, as normas e as etapas operacionais relacionadas às OCIs, além da organização dos fluxos assistenciais, registro da produção, sistemas de informação, procedimentos vinculados, conferência documental, prevenção de inconsistências,

análise de críticas e estratégias para qualificar o faturamento. Para o secretário de Saúde de Sumaré, Frederico Almeida, a capacitação fortalece a integração entre os municípios e contribui para o aprimoramento da gestão do SUS.

“A qualificação dos profissionais e a troca de experiências entre os municípios são fundamentais para o aprimoramento dos processos de saúde. Uma gestão mais integrada, com informações corretas e fluxos bem estrutu-

rados, contribui para o fortalecimento do SUS e para uma assistência cada vez mais organizada e qualificada à população”, afirmou Frederico Almeida.

A iniciativa foi promovida pelo Instituto Paulista de Gestão em Saúde (IPGS), em

parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Sumaré. A programação também proporcionou um espaço para atualização técnica, integração regional e compartilhamento de experiências entre os municípios participantes.

ESPAÇO ESPÍRITA

A face oculta da medicina

O título acima é de um livro de um médico do Rio de Janeiro. Seu sobrenome é nome de avenida em nossa cidade: Paulo César Frutuoso.

Formado em Medicina, com especialidade na área de Cirurgia Geral e Oncológica, tem o título de Mestre em Cirurgia Gastroenterológica e curso de aperfeiçoamento em Lyon, França. Como se vê é um apaixonado pela profissão que exercita. Ao lado dela dedica-se ao Kardecismo, fazendo um elo entre sua profissão e os fenômenos espíritos.

No Grupo Kardecista Lar de Frei Luiz, desde 1978, tornou-se um profundo estudioso dos fenômenos mediúnicos, especialmente no campo da Ectoplasma (*) e da materialização dos espíritos. Em função disso tornou-se um conferencista sobre esses temas e outros que envolvem a filosofia, a ciência espírita e a Medicina.

O livro de Frutuoso, publicado em 2013 pelo Educandário Social Lar de Frei Luiz é um alentado volume sobre os três temas. Discorre sobre ectoplasma, doenças cármicas, doenças psíquicas, eutanásia, aborto, cirurgias hiperfísicas, medicina forense, mediunidade e terapias espirituais. E finalmente sobre a ciência do futuro.

Para os espíritos ou Centros que se interessem por estes assuntos é importante a leitura e o estudo desse livro. Através dele serão respondidas algumas perguntas importantes como:

- Médicos depois de mortos continuam a praticar a Medicina?
- é possível curar doenças graves, muitas vezes consideradas incuráveis?
- é verdade que o plano espiritual possui aparelhagens sofisticadas, desconhecidas da ciência médica?
- é possível operar sem anestesia?
- é possível fazer incisões cirúrgicas sem sangramentos?
- é possível retirar ou rematerializar tumores no interior dos pacientes?

() Ectoplasma é o estudo do ectoplasma, uma espécie de substância esbranquiçada que pode exteriorizar-se para fora do corpo de determinados médiuns, mais frequentemente pela boca, mas que pode sair por qualquer parte do corpo.*

A.M.

PROCEDIMENTOS SEGUROS

Prefeitura de Sumaré participa de treinamento da Comgás para prevenção de danos pela cidade

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Sumaré, por meio das secretarias de Mobilidade Urbana e Rural (SMMUR), Defesa Civil e Serviços Públicos, participou nesta semana de um treinamento promovido pela Comgás, dentro do Programa de Prevenção de Danos da companhia. A capacitação foi direcionada especialmente aos servidores que atuam com retroescavadeiras e equipamentos utilizados em serviços de escavação no município.

O objetivo foi reforçar os procedimentos de segurança para evitar danos às tubulações subterrâneas de gás durante a execução de obras, manutenções e intervenções em vias públicas. A iniciativa também busca ampliar o conhecimento das equipes municipais sobre a localização da rede de distribuição e os procedimentos que devem ser adotados antes e durante qualquer escavação.

Durante o treinamento, os servidores receberam orientações sobre a utilização do aplicativo da Comgás, ferramenta que permite consultar informações relacionadas à rede de gás e identificar os locais por onde passam as tubulações.



Capacitação orientou servidores das áreas de Mobilidade Urbana, Defesa Civil e Serviços Públicos

Entre os principais pontos abordados estiveram a localização da rede, a profundidade das tubulações e a distância de segurança que deve ser observada antes do início de uma escavação. As orientações são especialmente importantes para os operadores de máquinas pesadas, considerando os riscos de atingir uma tubulação durante a execução dos serviços.

PROCEDIMENTOS EM CASO DE VAZAMENTO

A capacitação também abordou os procedimentos que devem ser adotados caso seja identificado um pos-

sível vazamento de gás durante uma intervenção.

Os servidores receberam orientações sobre quem deve ser acionado, como proceder diante da ocorrência e quais medidas devem ser adotadas para garantir a segurança da população e das equipes municipais.

Para os profissionais da área de Mobilidade Urbana, também foram apresentadas orientações relacionadas à necessidade de isolamento da área em caso de vazamento, incluindo a definição do perímetro de segurança e os procedimentos para organização e controle do trânsito no en-

torno da ocorrência.

A integração entre as equipes de SMMUR, Defesa Civil e Serviços Públicos é considerada fundamental para garantir uma resposta rápida e coordenada em situações que possam envolver a rede de gás instalada no município.

PREVENÇÃO E SEGURANÇA

O treinamento faz parte das ações preventivas voltadas à redução dos riscos durante intervenções no subsolo e reforça a importância do planejamento antes da realização de obras e serviços que envolvam escavações.

ATENDIMENTO PÚBLICO

Monte Mor mobiliza pacientes para mutirão de 1,3 mil exames vasculares

Pacientes que já estão na fila municipal de regulação são contatados pela Secretaria de Saúde para realização de exames com Doppler; mutirão acontece até novembro no Hospital Sagrado Coração de Jesus, com atendimento entre 7h e 19h

Paulo Medina • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Monte Mor mantém até novembro um mutirão que prevê a realização de cerca de 1,3 mil exames vasculares pelo SUS. A Secretaria Municipal de Saúde está entrando em contato diretamente com pacientes que já possuem indicação médica e aguardam atendimento na fila de regulação do município.

A ação começou em 11 de setembro e concentra os exames no Hospital Sagrado Coração de Jesus, com atendimentos das 7h às 19h. Os pacientes são chamados de acordo com a posição na fila e os critérios de prioridade clínica definidos pela rede municipal.

Um dos principais alertas da Secretaria de Saúde é para que os moradores atendam às ligações feitas pela equipe de Regulação. Os contatos para agendamento são oficiais e podem ocorrer inclusive aos sábados.

Segundo a pasta, é durante essas ligações que os profissionais confirmam a participação do paciente, informam a data do atendi-



Mutirão prevê cerca de 1,3 mil exames vasculares para pacientes da rede municipal

mento e repassam as orientações necessárias para a realização do exame. Quem tiver dúvida sobre a ligação pode confirmar as informações pelo telefone (19) 2045-1298.

O mutirão oferece diferentes tipos de ultrassonografia com Doppler, procedimento não invasivo usado para analisar o fluxo sanguíneo e auxiliar no diagnóstico e acompanhamento

de problemas em artérias e veias. Entre os exames realizados estão Doppler arterial e venoso de membros superiores e inferiores, além de avaliações das carótidas e das artérias vertebrais.

ATENDIMENTOS

As próximas datas previstas para setembro são os dias 26 e 30. Em outubro, os atendimentos ocorrerão nos dias 2, 3, 7, 9, 10, 14, 16, 17, 21, 23, 24, 28, 30 e 31. Já em

novembro, estão previstas agendas para os dias 4, 6 e 7.

A Secretaria de Saúde reforça que o paciente não deve procurar diretamente o Hospital Sagrado Coração de Jesus para solicitar a inclusão no mutirão. O atendimento depende de indicação médica, inserção prévia na fila de regulação e convocação pela rede municipal.

Moradores devem atender as ligações feitas pela equipe de Regulação Municipal

A iniciativa busca ampliar a oferta de exames especializados e reduzir o tempo de espera na rede pública. Entre fevereiro e abril deste ano, Monte Mor já havia realizado outro mutirão de saúde, com mais de 11 mil procedimentos voltados à redução da demanda acumulada.

A orientação para quem aguarda um dos exames é manter telefone e demais dados de contato atualizados junto à rede municipal e ficar atento às chamadas realizadas pela Regulação.

Regularize seus débitos!

FIQUE EM DIA

SUMARÉ

Até **100%** de desconto em multas e juros

para mais informações entre em contato:

19 3399-5421

iptu@sumare.sp.gov.br

SECRETARIA DE FINANÇAS

PREFEITURA DE SUMARÉ
DE TODOS

Nova Odessa avança mais uma etapa para integração ao Samu Regional

Após aprovação do projeto pela Câmara, município terá de cumprir procedimentos administrativos do SUS para poder formalizar a cooperação com Hortolândia e Sumaré e conectar a Unidade de Suporte Básico à central regional da área

Paulo Medina • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Com a aprovação da entrada de Nova Odessa no Samu 192 Regional Hortolândia/Sumaré, o município inicia agora uma nova etapa para colocar a integração em funcionamento. Segundo o secretário de Assuntos Jurídicos, Guztavo Zuccato, a Prefeitura terá de concluir os procedimentos administrativos exigidos pelos órgãos gestores do SUS antes da operacionalização do serviço.

“Agora, serão concluídos os procedimentos administrativos exigidos pelos órgãos gestores do SUS para efetivar a operacionalização do serviço, formalizando a cooperação de Nova Odessa com Sumaré e Hortolândia, bem como a integração da Unidade de Suporte Básico à central regional”, afirmou Zuccato.

O secretário explicou que o projeto passou por análise técnica e jurídica da administração municipal e foi



Integração ao Samu Regional prevê Nova Odessa ligada à central de regulação médica

considerado regular nos aspectos formais. Segundo ele, a regionalização permitirá que Nova Odessa tenha acesso à regulação médica regional, à qualificação permanente das equipes e a uma estrutura integrada para organizar os fluxos de atendimento de urgência e emergência.

A Câmara Municipal aprovou nesta segunda-feira (21) o projeto de lei encaminhado pelo prefeito Cláudio José Schooder, o Leiti

nho (PSD), que autoriza Nova Odessa a integrar oficialmente o Samu 192 Regional Hortolândia/Sumaré.

Com o aval dos vereadores, a proposta segue para sanção do prefeito e publicação da lei. O texto autoriza a celebração de acordo de cooperação técnica, operacional, administrativa e financeira necessário para a participação do município na estrutura regional.

O plano prevê a vinculação de uma Unidade de Su

porte Básico de Nova Odessa à Central de Regulação de Urgência Hortolândia/Sumaré. Na prática, a central regional passa a participar da organização dos chamados e da definição dos recursos necessários para cada ocorrência.

A administração municipal também espera que

a regionalização melhore o fluxo dos atendimentos e permita ampliar o acesso aos mecanismos de financiamento federal previstos para a Rede de Atenção às Urgências do SUS.

Para o prefeito Leiti

nho, a aprovação representa mais uma etapa para fortalecer o atendimento de emergência no município. “Ficamos felizes com a aprovação do projeto, porque o Samu é essencial para Nova Odessa, pois permite o atendimento médico rápido e especializado diretamente ao local da emergência, o que salva vidas e evita sequelas graves”, afirmou.

LIDERANÇA

Franco Sardelli é o candidato do Dr. José, de Santa Bárbara d’Oeste

Da Redação • REGIÃO
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O médico e ex-vereador de Santa Bárbara d’Oeste José Antonio Ferreira, conhecido como Dr. José, “médico do povo”, declarou apoio à candidatura de Franco Sardelli (PL) a deputado estadual.

“Eu apoio e voto no Franco Sardelli para deputado estadual. Ele será

o representante de Santa Bárbara d’Oeste e da nossa região na Assembleia Legislativa”, afirmou Dr. José.

Para Dr. José, o voto regional é uma forma de fortalecer a participação de Santa Bárbara d’Oeste e das cidades vizinhas nas decisões do Estado.

Atualmente, a região de Americana, Santa Bárbara d’Oeste e Nova Odessa

não tem um deputado estadual eleito com base política nesses municípios.

A eleição de um representante ligado à região, afirma ele, pode dar mais força às demandas locais na Assembleia Legislativa.

Franco agradeceu o apoio. “Agradeço esse apoio de peso que recebo do Dr. José e reforço meu compromisso de trabalhar por Santa Bárbara e por

toda a nossa região, buscando recursos e projetos que possam melhorar as condições de vida da população”, disse.

José Antonio Ferreira é médico e exerceu dois mandatos como vereador em Santa Bárbara d’Oeste, após ser eleito em 2012 e 2016. Foi candidato a prefeito em 2020 e 2024. Também concorreu a deputado estadual em 2022.



Voto regional é forma de fortalecer a participação da região nas decisões estaduais

APOIO REGIONAL

Tarcísio declara em vídeo que Raí do Paraíso é seu candidato na Região Metropolitana de Campinas



Governador afirma que candidato a deputado federal é de sua confiança e integra seu time político

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, declarou em vídeo seu apoio à candidatura de Raí do Paraíso a deputado federal, reforçando o nome do republicano como seu candidato na Região de Campinas.

De forma direta, Tarcísio afirma que confia em Raí e destaca sua proximidade com o projeto político que conduz em São Paulo. “O Raí é do nosso time”, afirma o governador no vídeo.

A declaração fortalece a candidatura de Raí do Paraíso na reta final da cam

panha e reforça seu posicionamento como um dos principais nomes da direita na Região Metropolitana de Campinas.

Raí é vereador de Sumaré e irmão do atual prefeito da cidade, Henrique do Paraíso, aliado de Tarcísio de Freitas e com histórico de proximidade com a família Bolsonaro.

Sob a gestão de Henrique, Sumaré tem adotado bandeiras alinhadas às defendidas pelo governador paulista, como o fortalecimento da segurança pública, a implantação de escolas cívico-militares municipais, uma administração de perfil técnico e in

vestimentos expressivos em infraestrutura e grandes obras.

A presença constante das cores verde e amarela e a defesa pública de pautas ligadas à direita também marcaram o posicionamento político do grupo nos últimos anos.

Com a declaração explícita de Tarcísio de que “Raí é do nosso time”, a candidatura ganha um novo impulso e busca consolidar Raí do Paraíso como o candidato a deputado federal da direita na Região de Campinas e como um representante diretamente alinhado ao projeto político do governador de São Paulo.

CHEFE DO EXECUTIVO

Henrique sanciona lei que institui a Campanha “Idosos Órfãos de Filhos Vivos” em Sumaré

Ação será realizada anualmente durante o mês de outubro e terá como foco a conscientização sobre o abandono da pessoa idosa e o fortalecimento dos vínculos familiares

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O prefeito de Sumaré, Henrique do Paraíso (Republicanos), sancionou a lei – aprovada pela Câmara – que institui no município a campanha “Idosos Órfãos de Filhos Vivos”, a ser realizada anualmente durante o mês de outubro. A iniciativa tem como objetivo ampliar a conscientização da sociedade sobre o abandono e a vulnerabilidade da pessoa idosa, além de incentivar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A campanha também busca promover o respeito, a valorização, a proteção e a dignidade da pessoa idosa, contribuindo para a construção de uma rede de atenção e proteção cada vez mais ampla.

Entre os objetivos estabelecidos pela legislação estão o combate à invisibilidade do abandono de idosos por seus familiares, o estímulo à convivência familiar e comunitária e a divulgação dos direitos da pessoa idosa, bem como dos canais de orientação, proteção e denúncia.

A proposta reconhece a

importância da presença e do cuidado familiar na vida da população idosa, chamando a atenção para situações em que, mesmo com familiares vivos, a pessoa idosa pode enfrentar isolamento, ausência de cuidados e rompimento de vínculos.

AÇÕES EDUCATIVAS

De acordo com a lei, a campanha poderá ser desenvolvida por meio de palestras, seminários, campanhas educativas, atividades culturais e outras ações destinadas à conscientização da população e à divul-



Campanha busca promover o respeito, a valorização e proteção aos idosos

gação de informações relacionadas ao tema.

As atividades poderão ser realizadas pelo Poder Público Municipal em parceria com entidades da sociedade civil, instituições de ensino, organizações comunitárias e órgãos de defesa dos direitos da pessoa idosa.

A programação poderá abordar temas relaciona-

dos aos direitos previstos na legislação, à importância da convivência familiar e comunitária, à prevenção de situações de abandono e às formas de buscar orientação e proteção.

FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO

A instituição da campanha, de acordo com o Executivo, amplia o espaço pa-

ra o debate sobre o envelhecimento com dignidade e sobre a responsabilidade coletiva na proteção da população idosa.

Ao estimular a participação de diferentes setores da sociedade, a iniciativa busca fortalecer a rede de apoio e incentivar uma cultura de respeito, cuidado, valorização e inclusão da pessoa idosa.



Justiça em Foco

Alex Junior

é Bacharel em Direito pela Universidade Paulista Unip. 2º Vice Presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB/Sumaré, Pós-graduado em Advocacia e Consultoria para Micro, Pequenas e Médias Empresas. Atua como advogado trabalhista e previdenciário no escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP.

andressa@andressamartins.adv.br | @andressamartinsadvocacia
End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP - Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504

5 direitos trabalhistas que podem fazer diferença — e muita gente não conhece

Do intervalo entre jornadas ao pagamento da rescisão: situações do cotidiano podem esconder direitos que o empregado nem sabe que possui

Quando se fala em direitos trabalhistas, é comum lembrar imediatamente de férias, 13º salário e FGTS. Mas algumas das questões mais importantes para o trabalhador aparecem justamente em situações aparentemente corriqueiras: o chefe manda uma mensagem fora do expediente, a empresa altera o horário de trabalho, o empregado pede demissão, o intervalo não é respeitado ou a rescisão demora a ser paga.

Conhecer essas regras pode ajudar o trabalhador a identificar situações que merecem atenção. Confira cinco pontos menos conhecidos.

1. SAIR DO TRABALHO ÀS 18H E VOLTAR ÀS 7H PODE SER UM PROBLEMA

Não é apenas a quantidade de horas trabalhadas durante o dia que importa.

A legislação prevê, em regra, um **intervalo mínimo de 11 horas consecutivas entre duas jornadas de trabalho**. Ou seja, o empregado que encerra uma jornada às 22h, por exemplo, não deveria simplesmente ser convocado para retornar às 6h da manhã seguinte, pois não teria completado o período mínimo de descanso entre jornadas.

A regra é especialmente relevante para quem trabalha em escalas, faz horas extras ou tem horários alterados frequentemente.

Na prática: não basta olhar apenas para o registro de entrada e saída. O trabalhador deve observar também quanto tempo efetivamente teve para descansar entre um dia de trabalho e outro.

2. A EMPRESA NÃO PODE SIMPLEMENTE TRANSFORMAR TODO CONTATO FORA DO EX-

PEDIENTE EM OBRIGAÇÃO ILIMITADA

Celular e aplicativos de mensagens aproximaram o trabalho da vida pessoal. Uma mensagem enviada pelo chefe às 21h, porém, não significa automaticamente que exista hora extra. Da mesma forma, o simples fato de receber uma mensagem não significa, por si só, que houve trabalho extraordinário.

O que importa é analisar **o que foi solicitado, se houve efetivo trabalho, se havia controle ou exigência de disponibilidade e como funciona o regime de jornada daquele empregado**. A situação pode ser diferente, por exemplo, quando o trabalhador é constantemente obrigado a responder mensagens, executar tarefas ou permanecer efetivamente à disposição fora do horário contratado.

Dica: em vez de apagar conversas, o trabalhador deve preservar registros que possam demonstrar como a rotina realmente funcionava. Mensagens, e-mails e registros de atividades podem ajudar a esclarecer a situação.

3. A RESCISÃO NÃO PODE FICAR INDEFINIDAMENTE “PENDENTE”

Um dos momentos em que o trabalhador precisa prestar mais atenção é justamente quando deixa a empresa.

Independentemente da modalidade de término do contrato, a legislação estabelece, em regra, **prazo de até 10 dias corridos contados do término do contrato para o pagamento das verbas rescisórias**.

Isso significa que o empregado não deve simplesmente aceitar a informação de que “o financeiro ainda vai pagar” por tempo indeterminado.

Outro cuidado importante é conferir o **Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT)** e verificar se as parcelas indicadas correspondem ao que efetivamente aconteceu durante o contrato.

Dica: guarde o termo de rescisão, comprovantes de pagamento, extratos do FGTS e demais documentos relacionados ao desligamento.

4. A CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL MERECE SER CONFERIDA — NÃO APENAS CONSULTADA QUANDO ALGUÉM É CONTRATADO

Muitos trabalhadores abrem a Carteira de Trabalho Digital apenas quando começam em um novo emprego. Mas o aplicativo também pode ser utilizado para acompanhar as informações do vínculo profissional.

Atualmente, as informações do contrato são transmitidas pelo empregador ao eSocial e podem ser acompanhadas pelo trabalhador na CTPS Digital. Dados como admissão, remuneração e outros registros podem ser conferidos pelo empregado. Isso é particularmente importante quando existe diferença entre aquilo que foi combinado e aquilo que aparece formalmente.

Por exemplo: se uma pessoa recebe determinada remuneração, mas consta valor diferente no registro oficial, a situação merece esclarecimento.

Dica: crie o hábito de consultar periodicamente a CTPS Digital e guardar documentos que comprovem a realidade do contrato.

5. “ESTOU TRABALHANDO COMO PJ” NÃO SIGNIFICA, AUTOMATICAMENTE, QUE NÃO EXISTAM DIREITOS TRABALHISTAS

Esse talvez seja um dos pontos que mais geram dúvidas atualmente.

Ser contratado como pessoa jurídica não transforma, por si só, qualquer relação de trabalho em uma relação empresarial legítima. A análise depende de **como o trabalho efetivamente acontece**.

Se a pessoa foi formalmente contratada como prestadora de serviços, mas, na prática, a relação apresenta características próprias de uma relação de emprego, pode existir uma discussão jurídica sobre o vínculo.

É preciso analisar elementos como a forma de prestação dos serviços, pessoalidade, habitualidade, remuneração, subordinação e as circunstâncias concretas da contratação.

Por isso, frases como “assinei um contrato de PJ, então não tenho nenhum direito trabalhista” podem ser simplificações perigosas.

Dica: em uma eventual discussão, o contrato escrito é apenas uma parte da análise. A realidade da prestação do trabalho também é relevante.

BÔNUS: UM DETALHE QUE PODE MUDAR COMPLETAMENTE UMA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Existe outro ponto que o trabalhador costuma descobrir tarde demais: **os prazos para cobrar judicialmente direitos trabalhistas**.

A Constituição estabelece, em regra, prazo prescricional de cinco anos para os créditos resultantes das relações de trabalho, observado o limite de dois anos após a extinção do contrato para ajuizamento da ação.

Isso significa que deixar para procurar orientação somente muitos anos depois pode fazer com que parte dos direitos não possa mais ser cobrada.

Por isso, diante de uma possível irregularidade, não é recomendável simplesmente esperar o problema “se resolver sozinho”.

O TRABALHADOR DEVE GUARDAR PROVAS?

Sim. E esse é um dos cuidados mais importantes.

Contracheques, extratos do FGTS, registros de ponto, e-mails, mensagens, documentos de contratação, comprovantes de pagamento e outros registros podem ajudar a demonstrar como a relação de trabalho funcionava na prática.

A recomendação não é guardar documentos apenas quando surge um conflito. O ideal é manter uma organização mínima durante todo o contrato.

INFORMAÇÃO ANTES DO CONFLITO

Direito trabalhista não se resume a saber quanto será recebido de férias ou quando cai o 13º. Muitas discussões começam em detalhes da rotina: uma jornada que ultrapassa o horário, um descanso que não é respeitado, uma alteração contratual ou uma rescisão que não é conferida corretamente.

O trabalhador que conhece essas regras consegue identificar mais cedo quando determinada situação merece atenção e pode buscar orientação profissional antes que o problema se torne maior.

Importante: cada caso deve ser analisado individualmente, porque contratos, categorias profissionais, acordos e convenções coletivas podem estabelecer regras específicas. Informação geral não substitui a análise jurídica de uma situação concreta.

URBANISMO

Projeto troca área verde por faixa viária e prevê compensação em Nova Odessa

Proposta enviada pelo prefeito Leitinho à Câmara altera destinação de 6,4 mil m² no Parque Fortaleza para integração ao sistema viário e projeta compensação ambiental com área pública de 7,2 mil m² no bairro Pq. Residencial Triunfo

Paulo Medina • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Nova Odessa propôs à Câmara Municipal projeto de lei que visa alterar a destinação de uma área verde de 6.490,27 metros quadrados no loteamento Parque Residencial Fortaleza para permitir sua incorporação ao sistema viário do município. Em contrapartida, o Executivo prevê a vinculação de outra área, com 7.284,37 metros quadrados, no bairro Triunfo, como área verde pública substitutiva. A proposta é assinada pelo prefeito Cláudio José Schooder, o Leitinho (PSD).

A matéria apresentada pelo Executivo corresponde ao Projeto de Lei nº 38/2026. A proposta trata especificamente da Área Verde 17-B, localizada no Parque Residencial Fortaleza e registrada na matrícula nº 29.639 do Cartório de Registro de Imóveis de Nova Odessa. O imóvel permanece de domínio público e, caso a alteração seja aprovada e cumpra todas as condições previstas, passará a integrar o sistema viário municipal.

Segundo a justificativa encaminhada pela Prefeitura, a área verde original possuía 84.290,24 metros quadrados e foi posteriormente dividida em duas partes. A Área Verde 17-A ficou com 77.799,97 metros quadrados, enquanto a Área Verde 17-B passou a ter 6.490,27 metros quadrados.

A administração afirma que a parcela 17-B possui formato estreito e alongado, com largura máxima aproximada de 12,72 metros. Na avaliação técnica apresentada no projeto, essa configuração limita o aproveitamento da faixa como espaço verde, mas torna o terreno adequado



para conexão e ampliação da malha viária da região.

Pelo projeto, a área poderá ser utilizada exclusivamente para implantação, ampliação, prolongamento, conexão e qualificação de vias públicas, além de calçadas, ciclovias, canteiros, sistemas de drenagem e outros componentes compatíveis com a infraestrutura viária. O texto proíbe alienação da área, apropriação privada ou qualquer uso incompatível com sua natureza de bem público de uso comum.

As intervenções também deverão respeitar projetos, autorizações e licenças exigidas pelos órgãos competentes, além das normas de acessibilidade, mobilidade, drenagem e arborização urbana.

COMPENSAÇÃO SERÁ MAIOR

Para compensar a mudança de destinação, o projeto reconhece como área verde pública substitutiva a chamada Gleba A, loca-

lizada no Sítio Triunfo, no bairro Triunfo. A área possui 7.284,37 metros quadrados e confronta diretamente com a Área Verde 17, segundo os documentos apresentados pela Prefeitura.

A compensação será 794,10 metros quadrados maior que a Área Verde 17-B. Segundo a exposição de motivos, isso corresponde a um acréscimo aproximado de 12,24% em relação à área cuja destinação será modificada.

A Prefeitura argumenta que a Gleba A apresenta vegetação formada e conexão direta com a Área Verde 17, favorecendo a continuidade territorial e ambiental. A administração sustenta que a substituição não representa redução quantitativa de área verde pública e que haverá, na prática, aumento da superfície destinada à proteção urbanístico-ambiental.

O projeto estabelece que a Gleba A deverá permanecer integralmente destina-

da como área verde pública e bem de uso comum do povo. A área não poderá ser alienada nem receber destinação incompatível com proteção ambiental, paisagística, ecológica e permeabilidade do solo.

MUDANÇA NÃO SERÁ AUTOMÁTICA

Embora o projeto autorize a alteração, a mudança da Área Verde 17-B para o sistema viário não produzirá efeitos imediatamente após eventual aprovação da lei.

O texto estabelece uma série de condições que terão de ser cumpridas antes da efetiva mudança. Entre elas estão a conclusão da desapropriação da Gleba A, o pagamento da indenização, o registro do imóvel em nome do município e a abertura de matrícula própria para a área compensatória.

Também será necessária a afetação formal da Gleba A como área verde pública e bem de uso comum,

além da inclusão no processo administrativo da planta, do memorial descritivo e dos documentos de responsabilidade técnica correspondentes.

A Prefeitura ainda terá de juntar relatório ambiental e estudo técnico urbanístico demonstrando a viabilidade da nova área verde e a adequação da Área Verde 17-B à integração ao sistema viário. Somente depois do cumprimento dessas exigências o Executivo poderá editar decreto reconhecendo oficialmente as condições e fixando a data de produção dos efeitos da mudança.

Até que esse decreto seja publicado, a Área Verde 17-B continuará com sua destinação urbanístico-ambiental atual.

DESAPROPRIAÇÃO INICIADA

A documentação anexada ao projeto mostra que a Prefeitura já deu início ao procedimento necessário para incorporar a área de

compensação ao patrimônio público.

O Decreto nº 4.959, de 8 de setembro de 2026, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, a Gleba A de 7.284,37 metros quadrados. O próprio decreto estabelece que a área deverá ser adquirida pelo município e, posteriormente, vinculada como área verde pública compensatória.

O decreto ressalta, porém, que a desapropriação, por si só, não altera a destinação da Área Verde 17-B. A mudança depende da aprovação da lei específica que agora está em análise pelo Legislativo.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A desafetação parcial da área também foi discutida em audiência pública realizada em 29 de abril de 2026, na Prefeitura de Nova Odessa. A ata anexada ao projeto registra que a proposta envolvia originalmente a desafetação de aproximadamente 5.100,62 metros quadrados da Área Verde 17 e uma área compensatória estimada em cerca de 7.284,18 metros quadrados. O documento informa que não houve manifestações contrárias ou impugnações à proposta apresentada durante a audiência.

O projeto encaminhado posteriormente ao Legislativo passou a considerar a configuração definitiva da Área Verde 17-B, com 6.490,27 metros quadrados, conforme o desmembramento e os documentos registraes juntados ao processo.

O Executivo informa ainda que a proposta foi submetida previamente à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, que teria concluído pela possibilidade jurídica de tramitação, desde que preservados os requisitos ambientais e urbanísticos previstos no processo.



Olhar de Dentro

Juçara Rosolen

Mãe, cristã, empreendedora, palestrante e escritora. Juçara é formada em Pedagogia, Letras e Direito. Proprietária e fundadora do Grupo Aposerv, que há mais de 17 anos se dedica aos serviços previdenciários administrativos. É ex-presidente da ACINO e atual Presidente do Lions Clube de Nova Odessa

Pernas da Alegria: quando uma corrida leva todo mundo junto

No último domingo, 20 de setembro, as ruas em torno da Fidam, em Americana, amanheceram diferentes. Antes das sete da manhã, corredores, famílias, voluntários e atletas se reuniram para a 4ª edição da Corrida Pernas da Alegria. E, entre tênis de corrida e camisetas numeradas, havia algo que tornava aquela largada especial: triciclos adaptados, alinhados para um percurso de cinco quilômetros feito especialmente para pessoas com deficiência.

A corrida é organizada pelo Instituto Pernas da Alegria, que tem à frente Lilica Amâncio e atende hoje mais de 250 crianças, adolescentes e adultos com deficiência física, autismo e outras necessidades, além de suas famílias. O evento teve corrida de 5 e de 10 quilômetros, caminhada de 5 quilômetros e o percurso adaptado. O mais bonito é o destino do que foi arrecadado: cadeiras de rodas adaptadas e órteses para os assistidos da nossa região. Ou seja, cada inscrição se transforma, li-

teralmente, em mobilidade e autonomia para alguém. Em todo percurso, inclusive, contamos a participação especial e animada do Fun Kids, de Nova Odessa, levando alegria por onde passavam.

Confesso que esse trabalho me toca de um jeito particular. Na minha gestão à frente do Lions Clube de Nova Odessa, tivemos a alegria de doar cadeiras infantis ao Pernas da Alegria, e acompanhar de perto a dedicação da Lilica e das famílias foi uma lição de vida.

Essa proximidade também me proporcionou uma experiência que guardo com muito carinho. Em março deste ano, participei como voluntária do Praia Inclusiva, ação realizada pelo Pernas da Alegria na Praia do Guaiúba, no Guarujá. Foram centenas de pessoas reunidas entre participantes, familiares e voluntários para proporcionar às pessoas com deficiência um dia de lazer, inclusão e contato com o mar — para algumas delas, inclusive, foi a primeira vez. Estar ali, ajudando reforçou em mim a certeza de que inclusão se faz, acima de tudo, com presença e oportunidade.

E há um detalhe no calendário que não passou despercebido. A corrida do Pernas da Alegria aconteceu na véspera do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, celebrado em 21 de setembro.

Uma data que existe para lembrar que inclusão não é favor, é direito: de circular pela cidade, estudar, trabalhar, praticar esporte e de estar presente. Iniciativas como essas mostram que a inclusão acontece de verdade quando a comunidade decide participar.

Porque foi isso que se viu no domingo: gente que correu por si ou por alguém, e gente que simplesmente foi aplaudir. O esporte, que tantas vezes separa vencedores e vencidos, ali fez o contrário. Uniu. Ninguém chegou sozinho. Todo mundo chegou junto.

Parabéns ao Instituto Pernas da Alegria, seus voluntários, patrocinadores e a cada participante. E, a quem não pôde estar lá, fica o convite: conheça o trabalho do instituto, apoie como puder e já anote na agenda a data da próxima edição: 18 de setembro de 2027.

Que na próxima largada sejamos ainda mais pessoas correndo, caminhando, ajudando e mostrando que uma sociedade verdadeiramente inclusiva é aquela em que ninguém fica para trás.

E você, já pensou em como pode ajudar a tornar a nossa região mais acessível para quem precisa?

Com alegria e inclusão, Juçara Rosolen

DIREITOS FEMININOS

Hortolândia poderá criar fundo para financiar políticas para as mulheres

Projeto de Lei 160/2026 institui fundo municipal para captar e aplicar recursos em ações de proteção, combate à violência, autonomia econômica, qualificação profissional, atendimento e garantia de direitos de mulheres que moram na cidade

Paulo Medina • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Hortolândia encaminhou à Câmara Municipal o Projeto de Lei 160/2026, que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, o FMDM. A proposta, assinada pelo prefeito Zezé Gomes (Republicanos), prevê a criação de uma estrutura específica para captar, administrar e aplicar recursos destinados a políticas públicas, programas, projetos, serviços e ações voltadas às mulheres no município.

O fundo terá natureza contábil e financeira e ficará vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Governo. Pelo texto, ele será um instrumento permanente de financiamento da Política Municipal dos Direitos da Mulher, mas não terá personalidade jurídica própria, patrimônio autônomo ou estrutura administrativa independente.

Entre os principais objetivos estão financiar ações de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres, fortalecer a rede de proteção, atendimento e acolhimento, apoiar o CRAM (Centro de Referência de Atendimento à Mulher) e fomentar programas de autonomia econômica, geração de renda, empreendedorismo, empregabilidade e qualificação profissional.

O projeto também prevê recursos para campanhas educativas, ações de conscientização, capacitações, pesquisas, estudos e eventos ligados aos direitos das mulheres. Outro objetivo é apoiar iniciativas de igualdade



DIVULGAÇÃO

Projeto cria fundo exclusivo para financiar políticas e ações voltadas às mulheres

e financeira sobre a aplicação do dinheiro continuará sendo responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo.

GASTOS E RECEITAS

O projeto também estabelece regras de transparência. A Prefeitura deverá publicar informações sobre receitas arrecadadas, transferências, doações, despesas realizadas, projetos financiados, parcerias firmadas e relatórios anuais de execução financeira.

Os dados deverão ser disponibilizados no Portal da Transparência ou em outro meio eletrônico oficial. A divulgação deverá respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados, especialmente nos casos que envolvam mulheres em situação de violência.

Ao final de cada exercício, a Secretaria de Governo deverá produzir relatório com receitas, despesas, programas financiados, resultados alcançados e saldo existente. O documento será encaminhado ao CMDM e também ficará sujeito ao controle interno e à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado.

Zezé afirma que o fundo poderá reduzir a dependência exclusiva do orçamento municipal e ampliar a possibilidade de Hortolândia captar recursos estaduais, federais, privados e de outras instituições para políticas destinadas às mulheres.

Segundo o prefeito, a proposta busca dar mais capacidade financeira às ações já desenvolvidas pelo município nas áreas de proteção, acolhimento, combate à violência e autonomia econômica.

de de oportunidades e ampliar a participação feminina em espaços de decisão.

VÁRIAS FONTES

Pela proposta, o novo fundo poderá ser abastecido com dotações previstas anualmente no orçamento municipal, transferências da União, do Estado e de outros entes públicos, além de recursos provenientes de organismos nacionais e internacionais.

Também poderão compor o caixa do FMDM doações, contribuições, auxílios, subvenções, legados, recursos obtidos por convênios, contratos, acordos, termos de cooperação, colaboração e fomento.

O texto inclui ainda rendimentos de aplicações financeiras, valores destinados por decisões judiciais, acordos judiciais ou extrajudiciais, termos de ajustamento de conduta, multas

administrativas previstas em lei, restituições e ressarcimentos.

Os recursos deverão ser movimentados em conta bancária específica e terão identificação contábil própria. Caso sobre dinheiro ao final do exercício, o saldo não retornará ao caixa geral da Prefeitura e permanecerá vinculado ao fundo no ano seguinte.

ATENDIMENTO, CURSOS E EQUIPAMENTOS

A proposta detalha onde o dinheiro poderá ser aplicado. Entre as possibilidades estão programas de combate à violência, serviços especializados de acolhimento, orientação, proteção e atendimento, além das ações já realizadas pelo CRAM.

Também poderão ser financiados programas de autonomia econômica, empreendedorismo, geração

de renda, qualificação profissional, campanhas educativas, seminários, cursos, capacitações, pesquisas e estudos técnicos.

O fundo ainda poderá custear a compra de equipamentos, tecnologias, materiais de consumo e bens permanentes necessários às políticas públicas voltadas às mulheres. Também serão permitidas parcerias com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, desde que observadas as regras legais.

O projeto proíbe expressamente o uso dos recursos para finalidades diferentes das previstas na própria lei.

GOVERNO FARÁ GESTÃO

A administração do fundo ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo, por meio do Departamento da Mulher. Caberá à pasta elaborar o plano anual de apli-

cação dos recursos, definir prioridades, autorizar gastos, celebrar convênios e acompanhar a execução financeira e física das ações.

A Secretaria também ficará responsável por buscar novas fontes de recursos, manter registros contábeis e financeiros atualizados e elaborar a prestação anual de contas e os relatórios de gestão.

PAPEL DE FISCALIZAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, o CMDM, terá a função de exercer controle social sobre a gestão do fundo. O órgão poderá acompanhar os programas financiados, fiscalizar a aplicação dos recursos, analisar a prestação de contas e apresentar recomendações.

As manifestações do conselho terão caráter consultivo e fiscalizador. A decisão administrativa

ATÉ O FIM DO ANO

Hortolândia segue com vacinação contra gripe nas unidades de saúde

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O início da primavera em Hortolândia tem sido marcado por mudanças de temperatura, tempo instável e dias chuvosos. Essas condições podem facilitar o contágio de gripe. Diante disso, é importante que quem ainda não está imunizado se proteja contra a doença. Esse é o aviso que a Prefeitura reforça para a população. O município segue com a vacinação até o fim do ano.

De acordo com a Secretaria de Saúde, já foram aplicadas mais de 51.000 doses, o que representa cobertura vacinal de 53%. A cobertura do município é maior do que a estadual (51%) e a nacional (50%). Hortolândia iniciou a campanha de vacinação em março.

A enfermeira do Programa de Imunização do município, Ana Paula Fernan-

des, destaca que o município já vacinou 83% de gestantes, número próximo à meta determinada para esse público, que é de 90%.

Porém, a cobertura vacinal de crianças menores de 6 anos e idosos a partir de 60 anos continuam baixas. A meta é imunizar, pelo menos, 90% desses três públicos prioritários.

“Quanto mais pessoas vacinamos contra a Influenza, menos o vírus vai circular. Logo, menos pessoas vão ficar doentes e menores chances de internações por complicações da doença”, ressalta a enfermeira.

HORÁRIOS

A Prefeitura de Hortolândia reforça que as salas de vacinação de sete UBSs (Unidades Básicas de Saúde) funcionam em horário ampliado durante a semana para possibilitar que a população possa se imunizar.



DIVULGAÇÃO

Prefeitura mantém imunização diante das baixas coberturas vacinais de menores de seis anos

PRÓXIMO EXERCÍCIO

Lei Orçamentária 2027 tem receita prevista de R\$ 1,7 bi em Americana

Da Redação • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Americana apresentou a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2027, em audiência pública realizada no Auditório Villa Americana, no Paço Municipal. A receita total prevista para o próximo ano é de R\$ 1.775.069.500,00.

A LOA é a ferramenta que traz a estimativa de todas as receitas que o município prevê arrecadar, incluindo receitas oriundas de repasses e transferências intergovernamentais, e que fixa as despesas que devem ser realizadas na cidade no próximo ano.

Tendo por base a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), debatida e aprovada no primeiro semestre de cada ano, a LOA é enviada anualmente pelo Executivo à Câmara Municipal até o dia 30

de setembro. Antes de ser aprovada, é discutida em audiências públicas, inclusive com a realização de consulta pública junto à população para garantir responsabilidade e total transparência.

De acordo com a proposta, a aplicação na área da Saúde deverá atingir o percentual de 27,09%, com o investimento de R\$ 298,4 milhões. Para a Educação, serão destinados R\$ 281,8 milhões, representando um percentual de 25,13%.

Para a elaboração da LOA, foram considerados fatores como o comportamento da economia nacional e mundial, medidas do governo federal, taxa de juros, projeções de inflação e Produto Interno Bruto (PIB), além do desempenho de tributos como IPTU, ISS, ICMS e IPVA, dos repasses do FPM e da reestimativa de valores de convênios.

NOVA FASE

Operação Carbono Oculto mira grupo suspeito em Paulínia por lavagem de dinheiro integrada à facção criminosa

Receita Federal e Ministério Público cumpriram mandado em Paulínia em investigação que apura suspeita de lavagem de R\$ 120 milhões ligada ao PCC, com uso de empresas do setor de combustíveis e serviços financeiros para movimentar e ocultar recursos

Cézar Oliveira • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Receita Federal e o Ministério Público deflagram, nesta quinta-feira (24), uma nova fase da Operação Carbono Oculto, investigação que apura um suposto esquema de lavagem de dinheiro associado ao Primeiro Comando da Capital (PCC) por meio do setor de combustíveis.

Segundo informações divulgadas pelas autoridades, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em seis estados. Em São Paulo, foram realizadas 26 ações, sendo uma delas em Paulínia e as demais em municípios da Grande São Paulo. Entre os principais alvos da operação estão

executivos ligados a bancos e empresas do setor financeiro. De acordo com a Receita Federal, os investigados são suspeitos de ter prestado serviços financeiros que teriam sido utilizados para ocultar ou movimentar recursos atribuídos à organização criminosa.

As investigações apontam ainda que o esquema teria movimentado mais de R\$ 120 milhões. Segundo os órgãos responsáveis pela operação, os recursos estariam relacionados a operações envolvendo empresas do setor de combustíveis.

Entre os negócios investigados está a aquisição de uma usina de cana-de-açúcar e de uma das maiores distribuidoras de combustíveis do país. A apura-



Operação Carbono Oculto cumpriu mandado em Paulínia nesta quinta-feira (24), em nova fase

ção busca identificar o caminho percorrido pelo dinheiro e a participação de empresas e pessoas físicas nas operações suspeitas.

Os mandados cumpridos nesta quinta-feira fazem

parte do avanço das investigações sobre a estrutura financeira que teria sido utilizada para movimentar e ocultar recursos. Documentos, equipamentos e outros materiais apreendi-

dos deverão ser analisados pelos investigadores.

A Operação Carbono Oculto tem como objetivo aprofundar a apuração sobre a possível utilização do mercado de com-

combustíveis e do sistema financeiro em operações de lavagem de dinheiro. As responsabilidades individuais dos investigados ainda dependem do avanço das investigações.

ACIDENTE



Mulher que estava no banco do passageiro do veículo sofreu ferimentos com a colisão

Carro bate contra empresa e deixa passageira ferida em Hortolândia

Cézar Oliveira • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Um carro atingiu uma empresa na noite desta quinta-feira (24), no Jardim Terras de Santo Antônio, em Hortolândia. O acidente aconteceu depois que o motorista teria perdido o controle da direção.

Com a colisão, uma mulher que estava no banco do passageiro ficou ferida.

Ela recebeu atendimento e foi encaminhada ao Hospital Municipal Mário Covas, onde permaneceu sob cuidados médicos.

Segundo as informações iniciais, o estado de saúde da passageira não era considerado grave e ela passa bem. Após o acidente, o motorista foi conduzido pela Guarda Municipal ao Plantão Policial para prestar esclarecimentos e pa-

ra o registro da ocorrência.

O impacto provocou danos no estabelecimento atingido. As circunstâncias da colisão ainda serão apuradas pelas autoridades.

Até o momento, não foram divulgadas informações sobre as causas que levaram o motorista a perder o controle do veículo. O caso deverá ser investigado para esclarecer a dinâmica do acidente.

JARDIM MONTE VERDE

Casal é preso suspeito de maus-tratos contra filhos em residência insalubre em Americana

Cézar Oliveira • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Duas crianças, de 10 e 14 anos, foram retiradas de uma residência em condições insalubres e encaminhadas para acolhimento após uma ação do Conselho Tutelar e da Polícia Civil, nesta quinta-feira (24), no bairro Monte Verde, em Americana. Os pais foram presos em flagrante, suspeitos de maus-tratos.

Segundo a Polícia Civil, os agentes acompanharam integrantes do Conselho Tutelar até a residência da família após uma denúncia relacionada a um dos adolescentes. Durante a vistoria no imóvel, foram encontradas condições consideradas insalubres. Conforme o registro da ocorrência, ha-

via grande quantidade de lixo acumulado, resíduos espalhados pelos cômodos e alimentos deteriorados. Os agentes também identificaram um forte odor, descrito como proveniente de matéria orgânica em decomposição, além de sinais da presença de insetos no local.

Imóvel tinha muito lixo, resíduos e alimentos deteriorados

Ainda segundo o boletim de ocorrência, os responsáveis afirmaram ter conhecimento das condições em que a residência se encontrava. Entretanto, de acordo com o registro, eles não teriam tomado providências efetivas para modificar

o ambiente e garantir condições adequadas de moradia aos filhos.

Diante da situação encontrada, os dois responsáveis foram conduzidos à Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Americana, onde a ocorrência foi apresentada à autoridade policial.

Os filhos foram retirados da residência e, segundo informações do Conselho Tutelar, encaminhados para acolhimento em uma instituição do município.

O casal permaneceu preso e à disposição da Justiça. O caso deverá ser acompanhado pelos órgãos de proteção à criança e ao adolescente, enquanto as circunstâncias e as responsabilidades relacionadas aos supostos maus-tratos serão apuradas.



Filhos foram retirados da casa e levados para acolhimento devido a ambiente insalubre

Professor Leovigildo Duarte Júnior

AUTOR DO TEXTO



Alaerte Menuzzo

Professor de História e
Diretor da Pró-Memória

Antes de chegar em Sumaré, o Professor Leovigildo Duarte Júnior, natural de Araras, passou por maus pedaços. Foi perseguido pelo braço radical da ditadura militar. Ficou alguns anos escondido no litoral paulista, dando aulas a filhos de caixas. Depois veio para Sumaré com a esposa e as duas filhas.

Sua erudição e afabilidade o elevaram a um dos principais personagens da cidade. Foi professor nas principais escolas de Sumaré e faculdades da região. Participou do CEPS – Centro de Estudos Políticos e Sociais e do jornal “Folha de Sumaré”. Escreveu um sem número de publicações nas várias escolas que passou, sobre Geografia, História, Política e Teatro. Quando resolveu entrar na política os amigos o apoiaram. Foi vereador e um dos principais dirigentes do PMDB – o velho PMDB, de Ulisses Guimarães e Franco Montoro.

A “renovação” política de Sumaré dos anos 1990 o empurrou para o recém- -emancipado município de Hortolândia. Lá fez trabalho exemplar no campo da cultura, o mesmo que tinha feito em Sumaré, no antigo DECET. Pois foi justamente em sua época que esse departamento atingiu o ápice de realizações culturais em Sumaré, uma marca difícil de ser igualada nos dias de hoje, mesmo com mais recursos.

Um enfarte fulminante levou o Leovigildo desta vida, pouco depois de realizar um sonho antigo: fundar com os amigos mais chegados a Associação Pró-Memória de Sumaré.

Hortolândia homenageou-o com o nome do seu Centro de Memória. Sumaré lembrou-se dele com o nome do Centro de Formação de Professores e posteriormente com o título de Cidadão Sumareense.



Leovigildo Duarte Jr. como diretor do DECET



Leovigildo Duarte Jr. como Cidadão Sumareense, ao lado do professor Alvino Albanazzi

Hoje a Pró-Memória tem estampada na entrada do prédio do Acervo Documental a sua foto, como um dos quatro fundadores dessa entidade, considerada uma das mais importantes da Região Metropolitana de Campinas e do Estado de São Paulo – pela quantidade e variedade de seus documentos.

Cada visitante que lá transita tem a informação de quem foi o Leovigildo: o professor dos caixas, dos meninos do primário, dos jovens do ginásio ou do colegial, dos estudantes do Ensino Superior; do Diretor do DECET; do escritor; do colaborador dos jornais da cidade; do defensor de tese na UNICAMP.

Essa lembrança guardada com documentos e carinho pelos membros da Pró-Memória nos reporta a uma pergunta: será que a única homenagem de Sumaré prestada a ele até hoje – o nome no Centro de Formação de Professores – está adequada à importância desse cidadão? Será que não merecia mais que isso?

† FALECIMENTOS †

DE 09 A 21 DE SETEMBRO DE 2026

DIA 09 DE SETEMBRO DE 2026

MIGUEL JOSÉ RODRIGUES, 86 Anos
LUCKNER DORFEUILLE, 37 Anos
NADIR PEREIRA DE SOUZA, 76 Anos
MARCELO LOPES SILVA SANTOS, 51 Anos

DIA 10 DE SETEMBRO DE 2026

JOÃO SIMÕES, 81 Anos
ANDRE MARTINS LEMES, 44 Anos
GENI APARECIDA DOS SANTOS, 69 Anos

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2026

JOSÉ CLAUDINEI B. SOUZA, 44 Anos
CELSON AMÉRICO CORREA, 60 Anos
SEBASTIÃO CORREA, 75 Anos
SUELI MARIA SILVA F. BUENO, 65 Anos
MONGE SOUSA DIAS, 68 Anos

DIA 12 DE SETEMBRO DE 2026

GASPAR ÂNGELO DE MENEZES, 60 Anos
LAURECI SANTANA DE ALMEIDA, 57 Anos
CARLOS ALBERTO PAIÃO, 56 Anos
ALDENOR FERREIRA GONÇALVES, 77 Anos

DIA 13 DE SETEMBRO DE 2026

REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BATISTA, 78 Anos
MARIA ALICE DE SOUZA CRUZ, 76 Anos

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2026

MARIA LUIZA MARTINS, 75 Anos
ISALTINA DO PRADO RIBEIRO, 89 Anos
KELI CRISTINA S. BONARI, 51 Anos

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2026

JOSÉ CUNHA, 82 Anos
CÍCERO DINIZ SILVA, 75 Anos
DAVID ALVES LUIZ, 46 Anos
ADÃO GONÇALVES SENA, 88 Anos

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2026

NIVALDO MILANI, 71 Anos
LEONEL NASCIMENTO, 81 Anos
MAURICELIA JOSÉ PEREIRA,
(idade não informada)
JOSÉ CAETANO DA SILVA, 95 Anos
LUIZ CARLOS CANCERELHI, 60 Anos

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2026

VALDEMAR MENDES, 72 Anos
IONETE DOS SANTOS BATISTA, 97 Anos

DIA 18 DE SETEMBRO DE 2026

ROSÁRIA APARECIDA RIBEIRO
DOS SANTOS ZANINI, 71 Anos
CLEMÊNCIA ROSA DE JESUS, 69 Anos
JOSÉ GOMES DA SILVA, 82 Anos
MÁRIO RAMOS, 64 Anos

DIA 19 DE SETEMBRO DE 2026

LUIZ PEDRO DA SILVA, 65 Anos
MARINA HENRIQUE DA SILVA, 64 Anos
GERSON AMARO, 56 Anos

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2026

MARIA DAS MERCES DA
SILVA SANTANA, 86 Anos
ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA, 61 Anos
PEDRO FIRMINO, 78 Anos
ADRIANA PEREIRA, 52 Anos
APARECIDO VIEIRA DE SOUZA, 72 Anos
MARILU DA COSTA NASCIMENTO, 85 Anos

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026

NORALDINO JERÔNIMO, 79 Anos
DENISE SILVEIRA OLIVEIRA, 62 Anos
ZULMIRA CÂNDIDA SILVA, 88 Anos
MARIA ANTÔNIA S. GOMES, 69 Anos

Colaboração: Cemitério da Saudade de Sumaré

Good Bom

vecon

ACIAS

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE SUMARÉ

Auto Posto Parque Ongaro

Ótica CARON

LAHUMAN

Imobiliária

22

Imobiliária

AEAS

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE SUMARÉ

Eldorado Imóveis

3803-1330

ALPE

Sistemas de Segurança

G2

CNT

Filadelfia

Assessoria Empresarial

NOITE ITALIANA



Noite Italiana no antigo Restaurante Milenita, no comecinho deste século. O evento foi organizado e promovido pela Sociedade Italiana de Sumaré. Um dos casais presentes é o mostrado na foto: Maria Inês Ricatto Ghirardello e Renato Ghirardello. Na época e até hoje eles fazem parte do Lions Clube de Sumaré. Detalhe: os dois ocuparam a presidência da entidade.

LOCOMOTIVA DA PAULISTA



Uma velha locomotiva da antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro, relegada ao mais completo abandono. Essas e outras locomotivas ganharam o mesmo destino, porque eram elétricas e as concessionárias subsequentes optaram por locomotivas a diesel. A locomotiva mostrada circulou por muitos anos em nossa cidade, puxando comboios de carga e de passageiros.

ODÉCIO SILVA

A pessoa da foto é Odécio Silva. Nasceu em Sumaré, no dia 10 de fevereiro de 1944, filho de Turíbio Espiridião da Silva e Adelaide Menuzzo da Silva. Foi casado com Cleide Germiniani Silva, com quem teve três filhos: Odécio da Silva Junior, Paula da Silva e Priscila da Silva. Foi empresário (Funerária Silva). Antes disso, foi funcionário do Clube Recreativo Sumaré. Foi um destacado jogador de futebol de Sumaré – teve passagens pelo Clube Recreativo Sumaré, Juvenil da Associação Atlética Ponte Preta e Redenção Esporte Clube, onde foi vice-campeão do Centenário de Sumaré.



GILDO DA FARMÁCIA



Uma das mais antigas farmácias de Sumaré pertencia a essa pessoa da foto: Hermenegildo Maialle. Gildo, como era conhecido, veio de Pirassununga para trabalhar na Farmácia de Palmiro Franceschini, irmão do médico Leandro Franceschini. Acabou virando dono de farmácia e concorrente do antigo patrão. O nome antigo do estabelecimento, que existiu até anos atrás, com outro nome, era Farmácia São Geraldo.

DEMOLIKAR NO HORTO



As primeiras edições do Demolika de Sumaré foram realizadas no Horto Florestal de Sumaré, na década de 1980. Hoje essa atividade, ou semelhante a ela, é proibida no local, por motivos ambientais. A foto mostra uma dessas edições.

FOTO AÉREA DE SUMARÉ



Foto aérea da década de 1980 do centro de Sumaré. A Praça da República era muito arborizada e seria reformada pelo Prefeito Paulo Célio Moranza (1977 a 1982). Na parte superior, no alto, à esquerda, a Rua Ângelo Ongaro, na maior parte ainda sem pavimentação. À sua esquerda, o Parque Ongaro, ainda com poucas casas.

SENTENÇA PUBLICADA

Justiça condena médica de Sumaré a devolver R\$ 903 mil aos cofres públicos

Decisão da 2ª Vara Cível reconhece ato doloso de improbidade administrativa durante período de licença médica e ordena o ressarcimento integral ao município, além do pagamento de juros, correção, custas e honorários advocatícios

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Justiça de Sumaré condenou uma médica vinculada à rede municipal a devolver R\$ 903.596,24 aos cofres públicos, após reconhecer a prática de ato doloso de improbidade administrativa com enriquecimento ilícito. A decisão é da 2ª Vara Cível da cidade. A sentença ainda pode ser objeto de recurso.

O processo foi movido pela Prefeitura de Sumaré e teve como ponto central o período entre 12 de fevereiro de 2014 e 19 de outubro de 2015, quando a servidora permaneceu afastada do trabalho municipal sob alegação de incapacidade temporária e recebeu auxílio-doença custeado pelo Sumprev, o Fundo de Previdência Social do município.

Segundo a ação, enquanto estava afastada em Sumaré e recebia o benefício previdenciário, a médica teria continuado exercendo atividade profissional remunerada em outros municípios.

A documentação analisada no processo apontou atuação no Hospital Municipal Mário Covas, em Hortolândia, por meio de contratação pela Associação Metropolitana de Gestão, e em uma unidade de saúde do Parque Gramado, em Americana.

A situação foi apurada inicialmente em procedimento administrativo da Prefeitura. O processo judicial registra que informações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e documentos encaminhados pelos municípios de Hortolândia e Americana confirmaram vínculos profissionais no



Sentença da 2ª Vara Cível manda devolver R\$ 903,5 mil aos cofres públicos municipais

mesmo período em que a servidora se encontrava licenciada de suas funções em Sumaré.

A Justiça também considerou declarações feitas pela própria servidora antes da abertura da ação. Segundo a sentença, ela havia admitido, tanto perante uma comissão de averiguação da Prefeitura quanto ao Ministério Público Estadual, que trabalhou em outras localidades duran-

te o afastamento. Na ocasião, teria alegado dificuldades financeiras e necessidade de complementar a renda familiar.

Durante o processo, porém, a defesa contestou a acusação. Entre os argumentos apresentados estavam ausência de dolo e má-fé, regularidade da licença médica, inexistência de enriquecimento ilícito e questionamentos sobre o valor cobrado pelo município. A

defesa também pediu, subsidiariamente, aplicação de sanção proporcional.

Em audiência realizada em julho deste ano, a servidora negou que tivesse trabalhado de forma remunerada nos outros municípios durante o mesmo período do afastamento. Para o juiz, no entanto, essa versão não prevaleceu diante da documentação oficial e das declarações anteriormente prestadas

pela própria requerida.

A sentença também destaca que a médica tinha conhecimento de que a manutenção da licença e do benefício dependia da apresentação periódica de atestados, relatórios médicos e avaliações destinadas a verificar sua capacidade para o trabalho em Sumaré. Para o juiz, esse fato demonstrou que ela sabia estar considerada incapaz para o serviço municipal ao mesmo tempo em que continuava exercendo atividade profissional remunerada fora da cidade.

A decisão cita ainda o Estatuto dos Servidores de Sumaré. Pela legislação municipal mencionada no processo, durante licença para tratamento de saúde o servidor não pode exercer outras atividades laborais ou remuneradas, sob pena de cassação integral da licença e aplicação de sanção disciplinar.

VALOR FOI CALCULADO

O montante cobrado pela Prefeitura foi calculado a partir das fichas financeiras da servidora. Conforme a sentença, o Sumprev apresentou uma planilha discriminando, mês a mês, os valores pagos a título de auxílio-doença entre fevereiro de 2014 e outubro de 2015.

Com a atualização monetária, o valor chegou a R\$ 903.596,24. O juiz considerou que não houve apresentação de elemento técnico suficiente para afastar esse cálculo.

A defesa chegou a solicitar uma perícia contábil para discutir os valores, pedido que foi aceito pela Justiça. Entretanto, segundo a sentença, os honorários do perito não foram depositados dentro do pra-

zo, e a produção da prova acabou sendo considerada preclusa.

Ao julgar o caso, o magistrado concluiu que houve omissão consciente sobre a capacidade de trabalho e que a percepção simultânea do auxílio-doença e de rendimentos oriundos de atividade médica em outros municípios configurou vantagem patrimonial indevida. A conduta foi enquadrada na Lei de Improbidade Administrativa.

BENS INDISPONÍVEIS

Além de determinar a devolução dos R\$ 903,5 mil, a Justiça manteve a indisponibilidade de bens até o limite do valor da condenação. A restrição havia sido determinada no início do processo para garantir eventual ressarcimento ao município e deverá permanecer até a satisfação do crédito, salvo se houver substituição por outra garantia aceita judicialmente.

O valor da condenação deverá ser atualizado. Pela sentença, haverá correção monetária e juros incidentes conforme os critérios definidos pelo Tribunal de Justiça, inclusive com atualização pelo IPCA.

A médica também foi condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e de honorários advocatícios equivalentes a 10% do valor atualizado da condenação, em favor da Prefeitura de Sumaré.

A sentença prevê a possibilidade de apresentação de recurso de apelação e determina que, nesse caso, os autos sejam posteriormente encaminhados ao Tribunal de Justiça de São Paulo para análise. A reportagem não conseguiu contato com a ré para comentar a decisão.



Tribuna Liberal

Tudo que você precisa saber sobre a sua cidade

Estr. Mun. Teodor Condiev, 970
Edifício Veccon Prime Center
Salas 1403 e 1404
14º andar • Sumaré

www.tribunaliberal.com.br



(19) 99674.0479

Telefones: (19) 3903-5020 e 3367-9220